MÁRIO COSAC OLIVEIRA PARANHOS

**Efeitos anticompetitivos nos contratos de licenciamento de biotecnologia:
a recusa de licenciar no mercado de soja no Brasil**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Professor Doutor Newton Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Paranhos, Mário Cosac Oliveira

Efeitos anticompetitivos nos contratos de licenciamento de biotecnologia: a recusa de licenciar no mercado de soja no Brasil / Mário Cosac Oliveira Paranhos -- São Paulo, 2019.

213 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
Orientador: Newton Silveira.

1. Propriedade Intelectual. 2. Direito Concorrencial. 3. Biotecnologia. 4. Recusa de licenciar. 5. Abuso de Direito. I. Silveira, Newton, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: PARANHOS, Mário Cosac Oliveira.

Título: Efeitos anticompetitivos nos contratos de licenciamento de biotecnologia: a recusa de licenciar no mercado de soja no Brasil.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Professor Doutor Newton Silveira.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Professor Newton Silveira, pela oportunidade de concretizar um sonho e pela disponibilidade e orientação segura ao longo do Mestrado.

Agradeço também às Professoras Juliana Krueger Pela e Paula Forgioni, membros da banca de qualificação, pelos valiosos questionamentos e contribuições, indispensáveis para o desenvolvimento desta dissertação.

A todos os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que me proporcionaram contínuo aprendizado ao longo dos anos e mudaram a forma pela qual compreendo o Direito. Agradeço também a Pinheiro Neto Advogados, pelo apoio institucional, e a todos os meus colegas e amigos, pela revisão e comentários ao trabalho.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, a quem dedico este trabalho, pelo amor e apoio incondicionais.

*Aos meus pais,
pelo amor incondicional.*

*Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.*

Ricardo Reis, 14 fev. 1933

RESUMO

PARANHOS, Mário Cosac Oliveira. **Efeitos anticompetitivos nos contratos de licenciamento de biotecnologia:** a recusa de licenciar no mercado de soja no Brasil. 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

O presente trabalho visa analisar o exercício abusivo do Direito de Propriedade Intelectual no setor de biotecnologia como infração à ordem econômica no Direito brasileiro, especificamente sob a perspectiva da recusa de licenciar eventos transgênicos no mercado de soja no Brasil. A importância desse estudo está calcada na ausência de parâmetros claros para a análise antitruste nacional, além da ausência de casos concretos analisados pelas autoridades brasileiras, a despeito da emergência desta prática no mercado. Além disso, o tema também é relevante pela importância de se garantir o acesso ao alimento, insumo essencial à sociedade e cuja crescente apropriação pode representar um óbice ao seu acesso. Para tanto, utilizou-se a revisão da literatura que versa sobre a recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual, além da análise dos mais relevantes precedentes jurisprudenciais sobre o tema, com o objetivo de sistematizar parâmetros que auxiliem as autoridades brasileiras a enxergar a recusa no licenciamento de biotecnologia como infração à ordem econômica. Parte-se da limitação da liberdade contratual para, então, explorar em que medidas e em quais hipóteses a recusa de contratar poderia caracterizar infração à ordem econômica. Posteriormente, ao analisar em quais hipóteses a recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual poderia configurar abuso de posição dominante, o presente trabalho explora algumas particularidades do mercado de biotecnologia (especificamente do mercado de sementes de soja) para demonstrar que a recusa no licenciamento de eventos transgênicos se reveste de particular periculosidade. A análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE sobre os possíveis efeitos anticompetitivos da operação de aquisição da Monsanto pela Bayer foi o principal precedente analisado, tendo em vista que oferece um norte para a sistematização dos referidos parâmetros. Por fim, o trabalho permite concluir que o arcabouço legislativo brasileiro poderia conceber parâmetros semelhantes aos utilizados pelos tribunais europeus para a caracterização da recusa de licenciar no mercado de biotecnologia agrícola como infração à ordem econômica.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Direito Concorrencial. Biotecnologia. Recusa de Negociar. Recusa de Licenciar. Abuso de Direito.

ABSTRACT

PARANHOS, Mário Cosac **Oliveira. Anticompetitive Effects on Licensing of Biotechnology: the Refusal to License in the Brazilian Soybean Market.** 2019. 213 f. Master – Faculty of Law, University of São Paulo. São Paulo, 2019.

This work has the purpose of analyzing the abusive exercise of the intellectual property right on biotechnology sector as an infraction of the economic order in Brazilian law, specifically from the perspective of the refusal to license transgenic events in the soybean market in Brazil. The importance of this study is based on the absence of clear parameters for the national antitrust analysis, besides the absence of concrete cases analyzed by the Brazilian authorities, despite the emergence of this practice in the market. In addition, the issue is also relevant because of the importance of ensuring access to food, an essential input to society and whose increasing appropriation might represent an obstacle to its access. For this purpose, a literary review on the refusal to license intellectual property rights was adopted, in addition to the analysis of the most relevant jurisprudential precedents on the subject, in order to systematize parameters that would help the Brazilian authorities to see the refusal to license biotechnology as an infraction of the economic order. Stemming from restrictions to contractual freedom, it was prospected in which measures and in what hypotheses the refusal to contract could be a violation of the economic order. After reflecting this research to the field of intellectual property rights, exploiting in which hypotheses the refusal to license could constitute abuse of dominant position, this work explores some particularities of the biotechnology market (specifically the soybean market) in order to demonstrate that the refusal to license transgenic events is particularly dangerous. CADE's analysis of the possible anticompetitive effects of Monsanto's acquisition by Bayer was the main precedent analyzed, given that it offers a north for the systematization of the referred parameters. Finally, the paper concludes that the Brazilian legislative framework could devise parameters similar to those used by the European courts to characterize the refusal to license in the agricultural biotechnology market as an infraction of the economic order.

Keywords: Intellectual Property. Antitrust. Biotechnology. Refusal to Deal. Refusal to License. Misuse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Processo de produção de plantas transgênicas	140
Figura 2 - Cadeia Produtiva de Sementes de Soja	152
Figura 3 - Linha do tempo e estágios de atividades da descoberta e desenvolvimento de eventos transgênicos	166

QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo entre os sistemas protetivos de patentes e cultivares.....	146
--	-----

TABELAS

Tabela 1 - Tabela hipotética de política de descontos e bonificações	168
--	-----

LISTA DE SIGLAS

AC	ato de concentração
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CFB/88	Constituição Federal do Brasil de 1988
CG	Corte Geral europeia (General Court)
CIB	Conselho de Informações sobre Biotecnologia
CNBS	Conselho Nacional de Biossegurança
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DPI	direitos de propriedade intelectual
ECJ	European Court of Justice
FDA	Food and Drug Administration
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
P&D	pesquisa e desenvolvimento
PNB	Política Nacional de Biossegurança
PPA	US Plant Protection Act (Lei de Proteção a Variedades Vegetais)
PVPA	The Plant Variety Protection Act
SG/CADE	Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica
SNPC	Serviço Nacional de Proteção de Cultivares
TFEU	Treaty on the Functioning of the European Union
TGC	Taxa Geométrica de Crescimento
UPOV	União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 DA LIBERDADE CONTRATUAL DELIMITADA AO ESPAÇO PREVISTO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO	29
1.1 Liberdade de iniciativa e justiça social	29
1.2 Direito da Concorrência e regulação estatal.....	31
1.3 O contrato: da autonomia das vontades à função econômico-social da operação econômica instrumentalizada pelo negócio jurídico	40
2 A RECUSA DE LICENCIAR COMO MODALIDADE DE RESTRIÇÃO VERTICAL NO DIREITO CONCORRENCIAL BRASILEIRO E COMPARADO	45
2.1 Racionalidade e efeitos anticompetitivos da recusa de licenciar vertical	47
2.2 A recusa de contratar na Europa	48
2.3 A recusa de contratar nos Estados Unidos	55
2.4 A recusa de contratar no Brasil	65
2.4.1 Recusa de contratar direta	67
2.4.2 Recusa de contratar indireta (exclusividade).....	69
2.4.3 Recusa de contratar indireta (política de fidelidade e descontos)	71
2.4.4 Recusa de contratar indireta (<i>constructive refusal to supply</i>)	72
2.4.5 Bens essenciais	74
3 SOB O PRISMA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL: A RECUSA DE LICENCIAR COMO ILÍCITO CONCORRENCIAL	79
3.1 A função da proteção às criações intelectuais.....	80
3.2 Histórico entre o embate: Direito Industrial e Direito Antitruste como sistemas complementares	85
3.3 Análise de precedentes dos Estados Unidos da América.....	93
3.3.1 Aquisição ou manutenção de poder de monopólio	95
3.3.2 Manutenção da licença pré-existente	104
3.3.3 Doutrina dos bens essenciais aplicada à propriedade intelectual	105
3.4 Análise de precedentes da Europa	109
3.4.1 Volvo v. Veng e Renault	117
3.4.2 Magill	118
3.4.3 Bronner	120
3.4.4 IMS Health	122
3.4.5 Microsoft	124
3.4.6 Guidance Paper.....	127
3.5 Brasil	131
4 A RECUSA DE LICENCIAR NO MERCADO DE BIOTECNOLOGIA	135
4.1 Definição e breve histórico dos marcos biotecnológicos.....	136
4.2 Da proteção às invenções biotecnológicas no mercado agrícola	142
4.3 Das particularidades atinentes ao mercado de biotecnologia agrícola.....	149
4.3.1 Da estrutura da cadeia produtiva no mercado de biotecnologia agrícola: mercados independentes economicamente em diferentes níveis da cadeia.....	149
4.3.2 Da posição dominante exercida no mercado a montante	154
4.3.3 Das barreiras à entrada	159
4.3.3.1 Da competição por inovação: a imprescindibilidade de vultosos investimentos em pesquisa em inovação para a viabilidade concorrencial	159
4.3.3.2 Da intempestividade da entrada	164

4.3.3.3 Das políticas contratuais impostas pela Monsanto: a constatação de controle empresarial <i>ab extra</i>	167
4.3.4 Da essencialidade dos eventos transgênicos	176
4.4 Soluções do Direito de Propriedade Intelectual e Concorrencial	185
CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o exercício abusivo do Direito de Propriedade Intelectual no setor de biotecnologia como infração à ordem econômica no Direito brasileiro, especificamente sob a perspectiva da recusa de licenciar eventos transgênicos no mercado de soja no Brasil.

Partindo-se de uma perspectiva schumpeteriana, revela-se precípua o papel efetivo da inovação como motor pelo qual o agente econômico se sobressairá em relação aos seus competidores, promovendo a inovação econômica e tecnológica e alterando consideravelmente as condições prévias de equilíbrio de mercado. A inovação tecnológica exerce, portanto, cada vez mais, um atrativo fundamental na perspectiva do agente econômico.

É nesse cenário que se insere a importância da Propriedade Intelectual no campo da inovação, esta muitas vezes protegida por aquela, bem como a sua intersecção com o Direito Concorrencial e, propriamente, com a Economia atual. Não por acaso, o teórico acima citado representa marco basilar que sustenta a razão de ser da Propriedade Industrial.

Especificamente neste campo do conhecimento jurídico, depreende-se uma relevante expansão em um dos mercados que mais se amparam na alta tecnologia. A biotecnologia moderna, cuja origem remonta aos estudos genéticos de Mendel (1865), passando pela descoberta da estrutura em dupla hélice do DNA por Francis Crick e James Watson (1953) e pela primeira transferência genética em 1973, denota um mercado caracterizado por inovações disruptivas. A partir de então, verte-se à pesquisa das características de cada gene (genômica), com o propósito de esclarecer o poder de determinação sobre características de um indivíduo biológico. A pesquisa nesta seara passa a ser a base do surgimento da indústria biotecnológica, abrindo caminho para a denominada “indústria da vida”.

A biotecnologia não lhe é exclusiva, mas se apresenta como principal expoente no mercado agrícola. Neste, a rápida expansão comercial e o alcance de novidades disruptivas estão associadas à prioridade da agenda de pesquisa e desenvolvimento de grandes agentes. Na década de 1990, as dez maiores corporações de agroquímicos foram responsáveis por 82% das vendas globais do produto, sendo que as dez maiores corporações de sementes controlavam aproximadamente 40% do mercado. Vinte anos depois, após a rápida expansão biotecnológica neste setor e o próprio enraizamento dessa modalidade de

produtos no mercado, os percentuais acima mencionados chegam a patamares muito maiores.

Contando com 20% da biodiversidade do mundo e com economia fortemente voltada à agricultura, o Brasil exerce um papel importante neste setor. Não por outro motivo que, em 2007, o então Presidente da República lança a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (Decreto n. 6.041/2007). Na mesma linha estratégica, foram editados diversos instrumentos normativos — dentre outras, a Lei de Inovação e a Lei do Bem. O ordenamento da inovação tecnológica ainda conta com leis anteriores, como a Lei de Propriedade Industrial e a Lei de Cultivares, ambas promulgadas a partir da segunda metade da década de 1990.

Os dados acima demonstram a rápida expansão do setor, bem como a sua fundamentação na inovação biotecnológica. A título ilustrativo, a Monsanto Company, principal expoente no mercado de desenvolvimento de sementes transgênicas, está presente em 67 países do mundo, tendo sido adquirida em 2018 pelo montante de 66 bilhões de dólares americanos.

Até 2015, a Monsanto era a titular do único evento transgênico (*trait*) disponível no mercado brasileiro. A sua agressiva política de licenciamento, cumulada com a posição dominante neste mercado devido à exclusividade relativa à sua patente, resultou na inserção de suas características biotecnológicas entre as tecnologias mais ampla e rapidamente adotadas na história da agricultura. Os seus *traits* alcançaram, em pouco mais de uma década desde sua entrada no mercado, cerca de 90% da produção total do país.

Em 2014, das 674 cultivares de soja geneticamente modificadas registradas nos órgãos brasileiros competentes, 669 utilizavam as tecnologias desenvolvidas pela Monsanto. Como circunstância agravante, segundo estimativas do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, em 2015 a taxa de adoção de transgênicos na produção de soja no Brasil (principal expoente do mercado) era de 94%, qualificando-se como o segundo país com maior área plantada com transgênicos no mundo.

A exclusividade da Monsanto em eventos transgênicos no Brasil, agregada à alta dependência tecnológica por sementes transgênicas que existe atualmente no setor agrícola brasileiro, pode indicar preocupações concorrenciais relacionadas ao abuso de posição dominante.

Tais preocupações concorrenciais são agravadas ao se considerar que os eventos transgênicos oferecidos pela Monsanto poderiam ser utilizados para o fechamento de mercado ou para a elevação das barreiras de entrada, seja por meio da imposição de

políticas de exclusividade, descontos ou fidelidade, seja por meio da negativa de acesso aos seus *traits*, recusando-se a licenciá-los justamente na expectativa de fechamento do mercado. Tudo isso por meio do exercício abusivo de sua posição dominante no mercado de desenvolvimento de biotecnologia, caracterizado pela inovação disruptiva e pelos altos custos de pesquisa e desenvolvimento.

Cumprido destacar que as preocupações acima são factíveis pela própria natureza do mercado de biotecnologia: o mercado de inovações tecnológicas se amolda à perspectiva schumpeteriana de competição, traduzida pela constante inovação e pelo elevado dispêndio em tempo e capital para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos capazes de influenciar sobremaneira o mercado concorrencial — a competição se dá por inovações, e não por preços ou qualidades triviais dos produtos.

Ocorre que, como direitos essencialmente negativos, a propriedade intelectual se traduz na prerrogativa de excluir terceiros da utilização de determinado bem intangível. A prerrogativa de licenciar ou não licenciar um determinado bem protegido por propriedade intelectual encontra amparo não somente na liberdade de contratar (*pacta sunt servanda*), mas especificamente na própria sistemática da propriedade intelectual.

Por outro lado, o direito de propriedade intelectual não é absoluto, e seu abuso no contexto de recusa de licenciar pode constituir infrações à concorrência. Este é o contexto no qual o presente trabalho se insere: a qualificação da recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual como ilícito antitruste estaria especialmente fundamentada no abuso de direito (*misuse*), na discriminação de preços ou alavancagem de posição dominante (*leverage theory*) e na teoria das infraestruturas ou insumos essenciais (“*essential facilities*”).

As três hipóteses frequentemente se confundem: todas as três poderiam restar configuradas quando ocorrer a prática restritiva de exclusão, mediante a qual o monopolista ou detentor de posição dominante, titular de um direito de propriedade intelectual no mercado a montante e almejando atuar também no mercado a jusante, recusa o licenciamento de seu direito exclusivo a terceiros que desejam utilizá-lo como insumo para o desenvolvimento de novos produtos nos mercados a jusante.

Originária dos Estados Unidos da América, a doutrina das *essential facilities* tem como paradigma o caso *MCI Corp. versus AT&T*, no qual a Suprema Corte delimitou os critérios para a sua aplicação, quais sejam: (i) controle de um bem essencial por uma empresa detentora de posição dominante, sendo tal bem necessário para que outros agentes econômicos possam desenvolver suas atividades nos mercados *downstream*; (ii)

impossibilidade (técnica, econômica ou legal) de duplicação do referido bem pelos agentes econômicos concorrentes ou de fontes alternativas para o fornecimento do bem essencial; (iii) recusa de acesso ao bem essencial por parte de seu detentor, sendo certo que tal recusa pode restar caracterizada indiretamente, por exemplo, por meio do estabelecimento de condições comerciais (inclusive preços) desarrazoadas para o acesso pleiteado; e (iv) viabilidade de fornecimento do acesso ou ausência de um motivo comercial legítimo para a recusa.

Na Europa, ao analisar o caso *Sea Containers/Stena Sealink*, a Comissão Europeia identificou como elementos da doutrina da infraestrutura essencial: (i) a existência de um bem essencial (único ou muito difícil de duplicar, e necessário para qualquer agente que queira atuar em determinado mercado); (ii) distinção entre o mercado da infraestrutura e o mercado no qual ela é utilizada como insumo (e no qual aquele que demanda acesso atua ou pretende atuar); (iii) recusa injustificada de acesso por parte de seu controlador, podendo tal recusa caracterizar-se inclusive em situações em que o acesso, embora não seja diretamente negado, seja dificultado a ponto de tornar-se inviável; (iv) suscetibilidade de eliminação da concorrência, em se concretizando a recusa; e (v) utilização da infraestrutura em um novo produto ou aplicação.

A referida doutrina também já foi aplicada a situações de recusa de licenciamento de bens protegidos por direitos de propriedade intelectual. Nos Estados Unidos, as decisões dos casos *Image Technical Service, Inc v. Eastman Kodak Co.* e *CSU v. Xerox*, conjugados ao caso *Verizon Communications Inc. v. Law Offices of Curtis V. Trinko, LLP*, apontam para critérios bastante restritivos para a aplicação da doutrina, praticamente estabelecendo uma imunidade antitruste relativa à prática da recusa de licenciar.

Por outro lado, a Comissão Europeia tende a demonstrar uma aceção mais abrangente da doutrina. Cita-se como exemplo os casos *Magill*, *Ladbroke* e *IMS Health*, além do caso *Microsoft*, nos quais o Tribunal Geral parece ter adotado abordagem mais ampla.

Cumprе notar, no entanto, que a recusa de licenciar também poderia ser caracterizada como ilícito sem a necessidade de se aplicar a doutrina das *essential facilities*, mas aplicando-se as teorias da discriminação de preços ou da alavancagem (“*leverage theory*”). Tais aplicações, partindo-se do abuso de posição dominante, independem da qualificação do insumo como essencial. A abordagem demonstra respaldo jurídico tanto nos Estados Unidos (artigos 1º e 2º do Sherman Act) como na Europa (artigos 101 e 102 do Treaty on the Functioning of the European Union – TFEU).

No Brasil, a Lei n. 9.279/1996, que regula direitos e obrigações da propriedade industrial, prevê a possibilidade de mitigação do direito de exclusividade, ou seja, o titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente nos seguintes casos: (a) abuso no exercício dos direitos garantidos pela patente ou abuso de poder econômico (art. 68, caput); (b) falta de exploração da patente no Brasil (art. 68, § 1º, I); (c) falta de uso integral do processo patenteado (art. 68, § 1º, I); (d) comercialização insuficiente (art. 68 § 1º, II); (e) caracterização de dependência entre patentes, constatação de progresso técnico no objeto da patente dependente e ausência de realização de acordo com o titular da patente dependente (art. 70, I, II e III); (f) emergência nacional (art. 71); e (g) interesse público (art. 71).

Em paralelo à Lei da Propriedade Industrial, a Lei Antitruste (Lei n. 12.529/2014) prevê em seu artigo 36, § 3º, condutas que caracterizam infrações à ordem econômica, dentre várias:

XI - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais; [...] XIV - açambarcar ou impedir a exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia; [...] XIX - exercer ou explorar abusivamente direitos de propriedade industrial, intelectual, tecnologia ou marca.

A legislação antitruste brasileira prevê, portanto, como infração da ordem econômica, o açambarcamento ou impedimento da exploração de direitos da propriedade intelectual (XIV), além da própria recusa de contratar (XI), dispositivos idênticos aos previstos na lei anterior (Lei n. 8.884/1994).

A relevância do tema proposto está calcada na ausência de parâmetros claros para a análise antitruste nacional, além da ausência de casos concretos analisados pelas autoridades brasileiras, a despeito da emergência desta prática no mercado. Além disso, o tema também é relevante pela importância de se garantir o acesso ao alimento, insumo essencial à sociedade e cuja crescente apropriação pode representar um óbice ao seu acesso.

A justificativa da pesquisa está calcada na complexidade inerente à recusa de licenciamento de direitos de propriedade intelectual, aliada às preocupações concorrenciais relativas ao mercado de sementes de soja, apontadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE nos últimos anos.

A título elucidativo, durante a análise dos Atos de Concentração n. 08012.002870/2012-38, n. 08012.006706/2012-08, n. 08012.003898/2012-34, n. 08012.003937/2012-01 e n. 08700.004957/2013-72, o Conselho demonstrou preocupação com a dependência tecnológica dos obtentores de cultivares em relação aos eventos transgênicos da Monsanto, que contava com a única biotecnologia disponível à época. Justamente pela sua posição dominante no mercado de desenvolvimento de tecnologia para sementes, a Monsanto ditava as regras de seus licenciamentos, de modo a adotar políticas de *royalties* que se traduziam, na prática, em verdadeiras obrigações de exclusividade e não concorrência.

Os Conselheiros Alessandro Octaviani Luis e Eduardo Pontual Ribeiro teceram diversas considerações relevantes sobre o tema, caracterizando a dinâmica do licenciamento como controle externo (*ab extra*), apto a ensejar a análise repressiva pelo Conselho.

Mais tarde, ainda no ano de 2018, o tema foi novamente discutido, desta vez com maior riqueza em detalhes da dinâmica do mercado, nos autos do Ato de Concentração n. 08700.001097/2017-49, relativo à aquisição da Monsanto pela Bayer. Neste sentido, o Departamento de Estudos Econômicos do CADE apontou diversas preocupações concorrenciais, especificamente (para o âmbito do presente trabalho) as relativas à dependência tecnológica do mercado e à indispensabilidade dos *traits* oferecidos pela Monsanto ao mercado a jusante.

Durante a análise da aquisição, o termo “essencial” foi utilizado por diversas vezes, tanto pelo Departamento de Estudos Econômicos quanto pelo Tribunal do CADE, ao se referir aos eventos transgênicos disponibilizados pela Monsanto (e pela Bayer), até então os únicos disponíveis no mercado. Tal fato, agregado às características inerentes ao mercado de inovação biotecnológica, direcionou a atenção do Conselho para a possibilidade de fechamento do mercado por meio da recusa de licenciar (seja pela recusa *stricto sensu*, direta ou indireta, seja pela adoção de políticas que incentivavam a exclusividade de seus parceiros).

Partindo-se desta problemática, este trabalho tem como objetivo sistematizar parâmetros que auxiliem as autoridades brasileiras a enxergar as hipóteses específicas em que a recusa no licenciamento de biotecnologia configuraria infração à ordem econômica.

Averigua-se, portanto, em quais hipóteses a recusa de licenciar no mercado de biotecnologia poderia configurar abuso de direito de propriedade intelectual, de modo a configurar infração à ordem econômica. Além disso, questiona-se se e em quais situações

as autoridades administrativas poderiam determinar o licenciamento compulsório de direitos de propriedade intelectual relacionados à biotecnologia agrícola.

Considerando: (i) o controle dos eventos transgênicos pela Monsanto, detentora de posição dominante, sendo os *traits* necessários para que outros agentes econômicos possam desenvolver suas atividades nos mercados de produção de sementes, considerando que mais de 90% do mercado adequa-se à transgenia; (ii) a impossibilidade (técnica, econômica ou legal) de duplicação do referido bem pelos agentes econômicos concorrentes ou a impossibilidade de fontes alternativas para o fornecimento do evento transgênico, em especial pelos altos investimentos em P&D necessários ao desenvolvimento de novos eventos transgênicos e o longo período entre o início da pesquisa e a comercialização dos *traits*; e (iii) a viabilidade de fornecimento do acesso ou ausência de um motivo comercial legítimo para a recusa, questiona-se: a recusa de acesso ao evento transgênico por parte da Monsanto ou o estabelecimento de condições comerciais desarrazoadas para o acesso pleiteado poderia configurar ilícito concorrencial, dando azo ao licenciamento compulsório?

Para cumprir o objetivo proposto e endereçar a problemática descrita acima, sugere-se a aplicação de parâmetros semelhantes aos utilizados pelos tribunais europeus em casos envolvendo a recusa unilateral de licenciamento de direitos de propriedade intelectual. Especialmente, ao se considerar o seu caráter excepcional, propõe-se o licenciamento compulsório de direitos de propriedade intelectual no campo de biotecnologia agrícola tão somente quando constatado o abuso de posição dominante em consonância com os critérios utilizados pelos tribunais europeus.

O presente estudo foi didaticamente subdividido em quatro capítulos-chave, além dos capítulos introdutório e conclusivo, essenciais para o amplo entendimento do debate. O capítulo 4, no qual se destrincham as particularidades do mercado de biotecnologia e a eventual configuração da recusa de licenciar como ilícito concorrencial, pressupõe o entendimento dos limites constitucionais e concorrenciais da recusa de contratar (apresentados nos capítulos 1 e 2) e da própria aplicação destes limites ao licenciamento de direitos de propriedade intelectual (discutida no capítulo 3).

Durante o estudo, utilizou-se a revisão da literatura que versa sobre a recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual, além da análise dos mais relevantes precedentes jurisprudenciais sobre o tema. Parte-se da limitação da liberdade contratual para, então, explorar em que medidas e em quais hipóteses a recusa de contratar poderia caracterizar infração à ordem econômica. Posteriormente, ao analisar em quais hipóteses a

recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual poderia configurar abuso de posição dominante, o presente trabalho explora algumas particularidades do mercado de biotecnologia (especificamente do mercado de sementes de soja) para demonstrar que a recusa no licenciamento de eventos transgênicos se reveste de particular periculosidade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar o exercício abusivo do direito de propriedade intelectual no setor de biotecnologia agrícola, especificamente sob a perspectiva da recusa de licenciar eventos transgênicos no mercado de soja no Brasil. A importância deste estudo está calcada na ausência de parâmetros claros para a análise antitruste nacional, além da ausência de casos concretos analisados pelas autoridades brasileiras, a despeito da emergência desta prática no mercado. O tema também é relevante em razão da periculosidade da conduta no mercado de biotecnologia agrícola, além da importância de se garantir o acesso ao alimento, essencial à sociedade e cuja crescente apropriação pode representar um óbice ao seu acesso.

Para solucionar as problemáticas apontadas, partiu-se, preliminarmente, da percepção da ordem econômica nos moldes previstos pelo artigo 170 da Constituição Federal do Brasil de 1988, ou seja, objetivando a persecução da justiça social.

Esta percepção produz efeitos em diversas direções. Primeiro porque influencia na compreensão mais instrumental da liberdade de iniciativa, que, embora ainda seja percebida como corolário liberal, carrega consigo, em seu âmago, a sua própria constrição aos limites jurídicos e ao objetivo-fim proposto pela Constituição Federal. A liberdade de iniciativa se apresenta, portanto, como uma das ferramentas por meio das quais a justiça social poderá ser perseguida.

Da mesma forma, no campo da regulação estatal, o Direito Concorrencial pode ser visto como ferramental para a adoção de políticas públicas voltadas à tutela de *múltiplos interesses*. Adotando-se a corrente “liberal-reformista” de Calabresi, a eficiência alocativa deixa de figurar como único objetivo a ser perseguido pela regulação estatal, o que lhe permite a inserção da preocupação distributiva no cenário regulatório.

Diante da tênue linha entre o que é aceitável em uma economia capitalista e o que constitui abuso do poder econômico, o ponto fulcral reside em harmonizar a autonomia privada e a intervenção estatal, de modo a preservar a livre iniciativa, a livre concorrência e a economia de livre mercado, tudo visando à promoção da justiça social. O contrato, como ato inserido no ordenamento jurídico brasileiro, não foge a esta lógica.

Na seara do Direito Contratual, os fundamentos concorrenciais sob o prisma da análise ético-valorativa proposta acima tangenciam o tema da função social. Partindo-se da liberdade de iniciativa e da autonomia privada como princípios instrumentais para a

viabilização da justiça social e limitados ao quadro normativo imposto, e considerando a aceção distributiva do contrato demonstrada acima, a sua função social pode ser entendida simplificada como o dever de manter a operação econômica instrumentalizada nos limites do campo de atuação disponibilizado pelo ordenamento jurídico constitucional e legal.

A aplicação do Direito Concorrencial e da própria função social do contrato poderia, portanto, culminar com a obrigação de contratar, quando necessária para a tutela de interesses institucionais previstos no ordenamento jurídico. Esta foi a conclusão alcançada no capítulo primeiro deste trabalho.

Nos dois capítulos seguintes, analisou-se a recusa de contratar e de licenciar direitos de propriedade intelectual, respectivamente, como restrições verticais que poderiam dar ensejo a ilícito concorrencial. A análise foi substancialmente amparada nas discussões de Direito Comparado, especialmente em entendimentos doutrinários e jurisprudenciais dos Estados Unidos e da União Europeia, sistemas jurídicos mais experientes do que o brasileiro no assunto em referência.

Ao analisar os seus principais precedentes jurisprudenciais, constatou-se que os tribunais norte-americanos estão mais propensos a adotar a corrente doutrinária de cunho mais liberal, sustentando que mesmo as empresas monopolistas detêm o direito de dispor livremente dos seus bens e serviços, o que lhes garantiria a possibilidade de se recusarem a contratar, caso a recusa seja comercialmente justificável e, portanto, legítima.

Nos Estados Unidos, portanto, a recusa unilateral de contratar fundada no artigo 2º do Sherman Act apenas poderia configurar ilícito concorrencial em situações excepcionais, em que se verifica a existência da recusa, o poder de monopólio do agente, a análise da intenção do agente dominante,⁴³⁸ de suas justificativas econômicas⁴³⁹ e dos prováveis efeitos sobre o mercado.⁴⁴⁰ Nesse contexto, poucos foram os casos em que se determinou a obrigação de contratar, especialmente os que chegaram a ser analisados pela Suprema Corte. Fato é que o tema é tratado de forma distinta, a depender do tribunal encarregado de sua análise.

⁴³⁸ Esse critério vem sendo analisado sob uma ótica objetiva, por meio de uma avaliação da conduta. Ou seja, avalia-se se, por meio da conduta em questão, a empresa alcançou ou poderia alcançar poder de monopólio ou ainda gerar exclusão no mercado.

⁴³⁹ Durante a análise deste critério, discute-se as eventuais justificativas levantadas pelo agente. Contudo, ressalta-se a necessária atenção à (i) possibilidade de objetivos comerciais razoáveis mascararem propósitos ilegais e (ii) à proporcionalidade entre os objetivos perseguidos e os meios adotados para a sua persecução.

⁴⁴⁰ Para se avaliar os prováveis efeitos da conduta sobre o mercado, a jurisprudência estadunidense vem efetuando o tradicional balanço entre efeitos anticompetitivos e eventuais eficiências econômicas.

Tampouco em relação à doutrina dos insumos essenciais os tribunais norte-americanos parecem possuir entendimento consolidado. Embora a sua aceção seja atribuída à Suprema Corte dos Estados Unidos, no caso *Trinko* o tribunal esclareceu que nunca teria reconhecido a legitimidade da doutrina dos bens essenciais, sendo que o precedente *Aspen Skiing* estaria fundamentado na aplicação do artigo 2º do Sherman Act. No mesmo julgado, a Suprema Corte externou a sua preocupação em compelir um determinado monopolista a compartilhar as vantagens competitivas adquiridas a partir de seus próprios investimentos, visto que isso poderia reduzir os incentivos à inovação, o que seria contrário aos objetivos da política antitruste. Como circunstância agravante, a Suprema Corte ainda ressaltou que não seria papel do Judiciário regular a economia, estabelecendo as condições contratuais sobre as quais os agentes seriam obrigados a negociar, além de que a negociação imposta pelos tribunais poderia dar azo a um mal maior — a colusão.

A posição liberal exposta pela Suprema Corte no caso *Trinko* influencia a análise da recusa de licenciar direito de propriedade intelectual. Embora alguns tribunais reconheçam a possibilidade de aplicação da doutrina dos insumos essenciais à propriedade intelectual, não há entendimento pacificado sobre o assunto. Embora nenhum dos precedentes norte-americanos analisados tenha consignado que a recusa unilateral de licenciar direitos de propriedade intelectual não poderia constituir um ilícito concorrencial ou um bem essencial — ou seja, nenhum julgado afastou a possibilidade de a recusa configurar ilícito em casos excepcionais —, o histórico de julgados indica uma jurisprudência bastante inconsistente, mas apontada para a excepcionalidade da qualificação da recusa como conduta anticoncorrencial, esteja relacionada à propriedade intelectual ou não — ou seja, alguns julgados dizem que esta possibilidade se concretiza em circunstâncias excepcionais.

Se o entendimento jurisprudencial norte-americano se mostra bastante liberal, o cenário difere em solos europeus. Embora reconheçam o princípio geral segundo o qual os atores detêm a liberdade de escolher os seus parceiros comerciais e dispor das suas propriedades como bem lhes prouver, reconhecendo inclusive a conotação concorrencial deste princípio, os tribunais europeus tendem a apresentar uma análise concorrencial menos liberal e mais preocupada com a dominação de mercado.

Os tribunais europeus têm sublinhado consistentemente que, embora a existência de posição dominante não seja ilícita *per se*, a sua constatação impõe à(s) empresa(s) dominante(s) uma “*responsabilidade especial*”, para que não se permita que o seu

comportamento prejudique a concorrência no mercado interno. No caso *Hoffman-La Roche*, o ECJ estabeleceu que a responsabilidade especial das empresas dominantes implica a obrigação de competir com base no desempenho, em vez de explorar os seus parceiros comerciais por meio de preços excessivos ou predatórios ou quaisquer outros métodos anticoncorrenciais que possam ser implementados em decorrência do seu poder de mercado.

A posição dos tribunais europeus parece se amoldar com maior afinidade aos pressupostos teóricos mencionados no capítulo primeiro desta trabalho. A título ilustrativo, basta reiterar a afirmação de Lamping, para quem “a liberdade de contratar diminui na proporção do domínio de mercado”, razão pela qual “aquele que controla o mercado deve responder por sua operabilidade”.⁴⁴¹

Como demonstrado acima, a recusa de manter relações comerciais será considerada abusiva à luz do artigo 102 do TFEU quando houver o término de relação pré-existente pelo agente detentor de posição dominante, sendo tal conduta objetivamente injustificável e suscetível de afetar a concorrência no mercado de forma significativa.

Da mesma forma, a recusa de iniciar o fornecimento de produtos seria analisada pela Comissão Europeia à luz da: (i) caracterização da conduta como recusa (ainda que indireta); (ii) existência de posição dominante; (iii) suscetibilidade de prejuízo à concorrência; e (iv) inexistência de justificativa objetiva; com a adição do quinto requisito, qual seja, (v) a indispensabilidade do produto ofertado pela empresa dominante.

Os tribunais europeus tendem a aplicar o artigo 102 do TFEU como fundamento legal também nos casos em que se discute (explícita ou implicitamente) a doutrina da infraestrutura essencial.

Nesse sentido, os primeiros casos europeus envolvendo a recusa unilateral de contratar — os precedentes *Sealink* e *Commercial Solvents* — foram fundamentados de forma semelhante, em decorrência do fechamento de mercado a jusante por meio da recusa de contratar por parte da detentora de posição dominante a montante.

A despeito da importância dos precedentes acima, a doutrina europeia da infraestrutura essencial restou mais claramente delineada a partir do caso *Sea Containers/Stena Sealink*, no qual a Comissão Europeia identificou os critérios para a sua configuração. Identificou-se, na ocasião: (i) a existência de um bem essencial (único ou muito difícil de duplicar, e necessário para qualquer agente que queira atuar em

⁴⁴¹ LAMPING, Matthias. Op. cit.

determinado mercado); (ii) distinção entre o mercado da infraestrutura e o mercado no qual a mesma é utilizada como insumo (e no qual aquele que demanda acesso atua ou pretende atuar); (iii) recusa injustificada de acesso por parte de seu controlador, podendo tal recusa caracterizar-se inclusive em situações em que o acesso, embora não seja diretamente negado, seja dificultado a ponto de tornar-se inviável; (iv) suscetibilidade de eliminação da concorrência, em se concretizando a recusa; e (v) utilização da infraestrutura em um novo produto ou aplicação.

Em relação aos direitos de propriedade intelectual, ao se considerar que o direito do titular de excluir terceiros da utilização ou duplicação do bem protegido pela propriedade intelectual constitui a própria essência da obrigação, a análise da recusa de licenciar deve ser feita de forma equilibrada, levando-se em conta, por um lado, os potenciais riscos de que a licença compulsória diminua os incentivos *ex ante* voltados à inovação, e, por outro lado, a preocupação concorrencial no sentido de promover uma concorrência livre e efetiva. Nesse contexto, perfaz-se a regra geral segundo a qual não há obrigação legal de que as empresas dominantes licenciem os seus direitos de propriedade intelectual à luz do artigo 102 TFUE. Pelo contrário, a jurisprudência dos tribunais europeus indica uma resistividade, a ponto de consolidar o entendimento de que a recusa de licenciamento por parte de uma empresa dominante constituirá abuso de posição dominante apenas em “*circunstâncias excepcionais*”.

A despeito disso, foi nos tribunais europeus que a recusa de licenciar como infração concorrencial recebeu uma aplicação mais coerente, uniforme e abrangente. A jurisprudência europeia consolidou o entendimento de que estas circunstâncias excepcionais estariam caracterizadas em casos envolvendo direitos de propriedade intelectual, à luz do artigo 102 do TFEU, quando houver: (i) a negativa de acesso a um produto ou serviço indispensável para a persecução de uma determinada atividade comercial, (ii) impedindo a emergência de um produto novo para o qual existe uma demanda efetiva ou em potencial, (iii) com possibilidade de eliminar a concorrência no mercado secundário e, por fim, (iv) cuja recusa não seja objetivamente justificável.

No Brasil, o tema parece não ter recebido a devida atenção, especialmente diante da sua complexidade e da ausência de precedentes jurisprudenciais relevantes. Embora haja arcabouço legal para a qualificação da recusa de licenciar direitos de propriedade intelectual como infração à ordem econômica, nos termos dos artigos 36 da Lei n. 12.529/2014, artigos 68 a 71 da Lei n. 9.279/1996 e artigos 28 a 36 da Lei n. 9.456/1997, faltam às autoridades administrativas e judiciais os parâmetros para a subsunção do caso

concreto às hipóteses previstas nos dispositivos legais indicados. Daí se extrai, sinteticamente, a importância da sistematização dos parâmetros utilizados pelos tribunais europeus.

Analizados os principais precedentes jurisprudenciais nos capítulos segundo e terceiro, expôs-se, no capítulo quarto, algumas particularidades do mercado brasileiro de soja que poderiam denotar a gravidade e, casuisticamente, a ilicitude da recusa de licenciar eventos transgênicos. Após pincelar um histórico e a proteção legal das invenções biotecnológicas, o presente trabalho buscou definir o mercado relevante, a estrutura da cadeia produtiva e a posição dominante exercida a montante no mercado de biotecnologia.

Posto o contexto no qual se insere, buscou-se demonstrar que o mercado brasileiro de soja é marcado por barreiras consideravelmente altas à entrada de novos concorrentes. Nesse sentido, o trabalho demonstrou: (i) a imprescindibilidade de vultosos investimentos em inovação e de altíssima capacidade técnica e financeira para competir com eficácia no mercado, o que afunila a quantidade de competidores; (ii) a intempestividade da entrada de novos competidores, devido ao tempo necessário para o desenvolvimento, regulamentação e aprovação estatal de eventos transgênicos; e (iii) o exercício, por meio de ajustes contratuais, da posição dominante de determinados agentes de modo a controlar a atividade empresarial a jusante.

Por fim, mas ainda mais importante, o presente trabalho analisou a mais recente decisão do CADE envolvendo o mercado, demonstrando que os eventos transgênicos do grupo Bayer-Monsanto são vistos como insumos essenciais para a viabilidade da competição no mercado a jusante, o que poderia indicar preocupações concorrenciais em relação à eventual recusa no seu licenciamento.

De fato, o trabalho demonstrou que o CADE efetivamente se debruçou sobre a possível recusa no acesso aos referidos eventos transgênicos, culminando com a determinação de compromissos de licenciamento amplo e não discriminatório de eventos de biotecnologia nos autos do Ato de Concentração n. 08700.001097/2017-49.

Em conclusão, o trabalho buscou responder à problemática analisada por meio das soluções oferecidas pelo Direito Concorrencial e pelo Direito da Propriedade Intelectual. Em face da lacuna de parâmetros para a subsunção de casos às hipóteses legais previstas nas legislações pertinentes, propôs-se a utilização dos critérios adotados pelos tribunais europeus, expostos nos capítulos anteriores.

Nesse contexto, a dependência tecnológica do mercado a jusante em relação à Monsanto, única detentora de eventos transgênicos no mercado, agravada pela inequívoca

predileção do mercado por sementes geneticamente modificadas, n numa standardização *de facto*, parece preencher: (i) a indispensabilidade do licenciamento para que haja competição viável no mercado a jusante; (ii) o impacto negativo da recusa no desenvolvimento técnico do mercado em detrimento dos consumidores; (iii) a possível eliminação da concorrência efetiva em decorrência da recusa de licenciamento; e (iv) a inexistência de justificativa objetiva, a ser apreciada casuisticamente.

Cumprir notar que o Ato de Concentração n. 08700.001097/2017-49 não aborda específica e isoladamente a recusa de licenciamento, na medida em que esta conduta específica não foi verificada nos autos. Nesse sentido, o licenciamento compulsório foi adotado como compromisso comportamental em decorrência da dependência tecnológica verificada no mercado a jusante, dos indícios de políticas mais restritivas de licenciamento da Bayer, e do poder de portfólio decorrente da operação, além da própria concentração de mercado advinda da aquisição. Justamente pela ausência de precedentes específicos sobre o tema, revela-se a necessidade dos parâmetros propostos para eventuais e futuros casos de controle repressivo de conduta.

Diante de todo o exposto, demonstrou-se que, nas circunstâncias expostas acima, a recusa de licenciamento de eventos transgênicos no mercado de soja pode ser caracterizada como infração à ordem econômica, dando azo ao licenciamento compulsório. Reitera-se, contudo, o entendimento, já pacificado em todas as jurisdições analisadas, de que a qualificação da recusa de licenciar como ilícito concorrencial justifica-se tão somente em circunstâncias excepcionais, prevalecendo a regra da autonomia privada e da livre iniciativa, especialmente aplicada a casos envolvendo direitos de propriedade intelectual.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Larissa M. Galimberti. **Exceções patentes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

AHLBORN, Christian. **Competition Policy in the New Economy**: Is the European Competition Law Up to the Challenge? E.C.L.R., 2001.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMERICAN BAR ASSOCIATION. Section Of Antitrust Law. **Antitrust Law Developments**. 6 ed., [Chicago], 2006. v. 1 e 2. 1959 p.

AMERICAN BAR ASSOCIATION. Section Of Antitrust Law. **Intellectual Property and Antitrust Handbook**. [Chicago], 2007.

AMERICAN BAR ASSOCIATION. Section Of Antitrust Law. Refusals to Deal and Exclusive Distributorship. **American Bar Association Section of Antitrust Law Monograph**. [Chicago], n. 9, 1983. 64 p.

ANDERMAN, S. EC Competition Law and Intellectual Property Rights in the New Economy. **Antitrust Bulletin**, v. 47, n. 2, p. 285-308, jun. 2002.

ANDERMAN, Steven. **The Interface Between Intellectual Property Rights and Competition Policy**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

ANDERMAN, Steven; SCHMIDT, Hedvig. **EU Competition Law and Intellectual Property Rights**: The Regulation of Innovation. 2. ed. Oxford: Oxford University, 2011.

ARORA, Ashish; CECCAGNOLI, Marco. Patent Protection, Complementary Assets, and Firms Incentives for Technology Licensing. **Management Science**, v. 52. n. 2, p. 293-308, 2006.

ARROW, Kenneth. Economic Welfare and the Allocation of Resources for Invention. In: **The Rate and Direction of Inventive Activity**: Economic and Social Factors. Princeton University, 1962. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c2144.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BAILEY, David; JOHN, Laura Elizabeth (ed.). **Bellamy & Child**: European Union Law of Competition. Oxford: Oxford University, 2013.

BALBINOT Jr., A. A.; HIRAKURI, M. H.; FRANCHINI, J. C.; DEBIASI, H.; RIBEIRO, R.H. Análise da área, produção e produtividade da soja no Brasil em duas décadas (1997-2016). **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, n. 11, Londrina: Embrapa Soja, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156652/1/Boletim-de-PD-11.pdf>, Acesso em: 23.10.2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID; ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Lei e política de concorrência no Brasil**: uma revisão pelos pares. 2005 Disponível em: <http://www.oecd.org/brazil/35684126.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à Propriedade Intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumien Iuris, 2003. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BAYER conclui a compra da Monsanto por US\$ 63 bilhões. **G1**, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-conclui-a-compra-da-monsanto-por-us-63-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BOWMAN Jr., Ward. **Patent and Antitrust Law**: A legal and Economic Appraisal, Chicago: University of Chicago, 1973.

BOYD, William. Wonderful Potencies: Deep Structure and the Problem of Monopoly in Agriculture Biotechnology. **University of Colorado Law Legal Studies Research Paper**, n. 12-10, 8 jun. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2080128. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRAGA, Marco Aurélio. **Subdesenvolvimento, tecnologia, e Direito Econômico**: o programa nacional de nanotecnologia e o desafio furtadiano. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues. **Direito da concorrência e propriedade intelectual**: da inovação tecnológica ao abuso de poder. 2009. 258 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/8581?mode=full>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues. **Direito da concorrência e propriedade intelectual**: da inovação tecnológica ao abuso de poder. São Paulo: Singular, 2010.

BRASIL apresenta crescimento da adoção de transgênicos. **Conselho de Informações sobre Biotecnologia**, 13 abr. 2016. Disponível em: <https://cib.org.br/brasil-lidera-crescimento-mundial-da-adocao-de-transgenicos>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL é responsável por 26% da área plantada com transgênicos no mundo, aponta estudo inédito. **Conselho de Informações sobre Biotecnologia**, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://cib.org.br/isaaa-2018>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Superintendência-Geral. Parecer Técnico n. 9/2017/CGAA1/SGA1/SG. In: **Ato de Concentração n. 08700.001097/2017-49**. [Documentos SEI n. 0393723 e n. 0394116].

BRONDANI, Adriana. **OGM e transgênicos: você sabe a diferença?** [S.d.]. Disponível em: <https://cib.org.br/faq/ogm-e-transgenicos>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRUCH, K. L.; VIEIRA, A. C. P.; DEWES, H. A propriedade industrial: dupla proteção ou proteções coexistentes sobre uma mesma planta. In: BUAINAIN, A. M.; BONACELLI, M. B.; MENDES, C. I. C. (ed.). **Propriedade intelectual e inovações na agricultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015. [No prelo].

BRUCH, Kelly Lissandra; DEWES, Homero; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. Proteção de cultivares e patentes de invenção biotecnológicas: uma coexistência possível? **Revista de Propriedade Intelectual: Direito Contemporâneo e Constituição**. Aracaju, ano 4, v. 9 n. 3, p. 67-93, out. 2015.

BRUNA, Sérgio Varella. **O poder econômico e a conceituação do abuso em seu exercício**. São Paulo: RT, 2001.

BURK, Dan L. Law and Economics of Intellectual Property: In search of First Principles. **UC Irvine School of Law Research Paper**, 2012-60. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2113975. Acesso em: 16 jan. 2019.

CANOY, Marcel; REY, Patrick; VAN DAMME, Eric. Dominance and Monopolization. In: NEWMANN, Manfred; WEIGAND, Jürgen. **The International Handbook of Competition**. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar, 2004, p. 210-289.

CERQUEIRA, Gama. **Tratado da Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Forense: 1946.

COMISSÃO EUROPEIA. **Guidance on the Commission's Enforcement Priorities in Applying Article 82 of the EC Treaty to Abusive Exclusionary Conduct by Dominant Undertakings**: OJ2009, C 45/2. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:52009XC0224\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:52009XC0224(01)). Acesso em: 1 dez. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. Grupo societário fundado em controle e abuso de poder do controlador. In: **Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 270-291.

CORDEIRO, Alexandre. *Essential facility doctrine*: a dificuldade de enquadrar casos na doutrina diante da assimetria de informação. **Jota**, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/doutrina-antitruste/essential-facility-doctrine-17022017>. Acesso em: 09 dez. 2018.

COSTA, Nilson; SANTANA, Antônio. Poder de mercado e desenvolvimento de novas cultivares de soja transgênicas e convencionais: análise da experiência brasileira. **Revista de Ciências Agrárias**. v. 56, n. 1, p. 61-68, jan./mar. 2013.

CRASWELL, Richard. **FTC Policy Planning Issues Paper: Trademarks, Consumer Information and Barriers to Competition**, 1979.

DALL'AGNOL, Amélio. **A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil**: histórico e contribuições. Brasília: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/142568/1/Livro-EmbrapaSoja-desenvolvimento-BR-OL.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

DIAS, Giovanna; CARNEIRO, Paula. Contexto histórico e inovações em biotecnologia agrícola. **Céleres**, 12 dez. 2015. Disponível em: <http://www.celeres.com.br/contexto-historico-e-inovacoes-em-biotecnologia-agricola>. Acesso em: 13 out. 2018.

DOBSON, Paul W.; WATERSON, Michael. Vertical Restraints and Competition Policy. **Office of Fair Trading Research Papers**, n. 12, dez. 1996.

DOLMANS, Maurits; O'DONOGHUE, Robert; LOEWENTHAL, Paul-John. Are Article 82 EC and Intellectual Property Interoperable? The State of the Law Pending the Judgment in *Microsoft v. Commission*. **Competition Policy International**, v. 3, n. 1, p. 107-144, 2007.

DRAHOS, P. **A Philosophy of Intellectual Property**. Aldershot, UK: Ashgate, 1996.

DREXL, J. (ed.). **Research Handbook on Intellectual Property and Competition Law**. Munich: Max Planck Instituto for Innovation and Competition, 2008.

DREXL, J. Abuse of Dominance in Licensing and Refusal to License: A More Economic Approach to Competition by Imitation and to Competition by Substitution. In: EHLERMANN, Claus Dieter; ATANSIU, Isabela (ed.). **The Interaction Between Competition Law and IP Law**: European Competition Law Annual, 2005. Oxford: Hart, 2007, p. 647-664.

EASTERBROOK, Frank H. The Supreme Court and the Economic System. **Harvard Law Review**, 1984.

ESTADOS UNIDOS. Department of Justice; Federal Trade Commission. **Antitrust Guidelines for Licensing of Intellectual Property**. 12 jan. 2017. [Publicadas em 1995 e atualizadas em 2017]. Disponível em: <https://www.justice.gov/atr/IPguidelines/download>. Acesso em: 09 out. 2018.

ESTADOS UNIDOS. Federal Trade Commission. **Antitrust Enforcement and Intellectual Property Rights: Promoting Innovation and Competition**. 2007. Disponível em <https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/reports/antitrust-enforcement-and-intellectual-property-rights-promoting-innovation-and-competition-report.s.department-justice-and-federal-trade-commission/p040101promotinginnovationandcompetitionrpt0704.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **DG Competition Discussion Paper on the Application of Article 82 of the Treaty to Exclusionary Abuses**. Bruxelas, dez. 2005. Disponível em: <http://ec.europa.eu/competition/antitrust/art82/discpaper2005.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Green Paper on the Convergence of the Telecommunications, Media and Information Technology Sectors, and the Implications for Regulation**. Bruxelas, dez. 1997. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/green-paper-convergence-telecommunications-media-and-information-technology-sectors-and>. Acesso em: 02 nov. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on the Application of Article 101 of Treaty on the Functioning of the European Union to Technology Transfer Agreements**. Bruxelas, mar. 2014. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52014XC0328%2801%29>. Acesso em: 02 nov. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Guidelines on the Application of Article 81 of the EC Treaty to Technology Transfer Agreement**. Bruxelas, abr. 2004. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A52004XC0427%2801%29>. Acesso em: 02 nov. 2018.

EZRACHI, Ariel; MAGGIOLINO, Mariateresa. European Competition Law: Compulsory Licensing, and Innovation. **Journal of Competition Law & Economics**, v. 8, n. 3, p. 595-614, 2012.

FARIA, José Eduardo, Poucas certezas e muitas dúvidas: o direito depois da crise financeira, **Revista DIREITO GV**, v. 5, n. 2, p. 297-324, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/poucas-certezas-muitas-duvidas-direito-depois-crise-financeira>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FAULL, J.; NIKPAY, A. (ed.). **The EU Law of Competition**. 3. ed. Oxford: Oxford University, 2015.

FIGUEIRA, M.; ZAMBALDE, A. L.; SUGANO, J. Y. Inovação de modelo de negócios em uma empresa de biotecnologia agrícola. **Revista de Administração e Inovação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 106-131, abr./jun. 2011.

FIUZA, César. Por uma redefinição de contratualidade. In: FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.). **Direito civil: atualidades II: da autonomia privada nas situações jurídicas patrimoniais e existenciais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FORRESTER, Ian; CZAPRACKA, Katarzyna. Compulsory Licensing in European Competition Law: The Power of the Adjective. In: ANDERMAN, S.; EZRACHI, A. (ed.). **Intellectual Property and Competition Law: New Frontiers**. Oxford: Oxford University, 2011.

FOX, Eleanor M. Monopolization, Abuse of Dominance, and Refusal to License Intellectual Property to Competitors: Do Antitrust Duties Help or Hurt Competition and Innovation? How Do We Know? In: EHLERMANN, Claus Dieter; ATANSIU, Isabela (ed.). **The Interaction Between Competition Law and IP Law: European Competition Law Annual, 2005**. Oxford: Hart, 2007, p. 633-645.

FOX, Eleanor M. The Battle for the Soul of Antitrust. **California Law Review**, v. 75, n. 3, p. 917-923, maio 1987.

FOX, Eleanor M.; SULLIVAN, Lawrence A. Antitrust Retrospective and Prospective: Where Are We Coming From? Where Are We Going? **New York University Law Review**, v. 62, n. 936, 1987.

GERADIN, D.; AHLBORN, C.; DENICOLÒ, V.; PADILLA, J. **DG Comp's Discussion Paper on Article 82**: Implications of the Proposed Framework and Antitrust Rules for Dynamically Competitive Industries. mar. 2006. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=894466, Acesso em: 16 jan. 2019.

GERANDIN, Damien. Limiting the Scope of Article 82 EC: What Can the EU Learn From the U.S. Supreme Court's Judgment in *Trinko* in the Wake of *Microsoft*, *IMS* and *Deutsche Telekom*? **Common Market Law Review**, v. 41, n. 6, p. 1.519-1.553, 2004.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

GONÇALVES, Priscila Brolio. **A obrigatoriedade de contratar como sanção fundada no Direito Concorrencial brasileiro**. 2008, 341 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GORDON, W. A property right in self-expression: equality and individualism in the natural law of intellectual property. **Yale Law Journal**, v. 102, n. 7, p. 1.533-1.609, 1993.

GOVAERE, I.; ULLRICH, H. (ed.). **Intellectual Property, Market Power and the Public Interest**. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang, 2008. [Cahiers Du Collège d'Europe / College of Europe Studies v. 8].

GRAU, Eros R.; FORGIONI, Paula. Ainda um novo paradigma dos contratos? In: **O Estado, a empresa e o contrato**. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 15-23.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica da Constituição de 1988**. 8 ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

HARDIN, G. 1968. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n. 3.859, p. 1.243-1.248, 1968.

HATZOPOULOS, Vassilis. Refusal to Deal: The EC Essential Facilities Doctrine. In: AMATO, Giuliano; EHLERMANN, Claus-Dieter. **EC Competition Law: A Critical Assessment**. Oxford; Portland, Oregon: Hart, 2007, p. 333-375.

HOVENKAMP, Hebert. **Economics and Federal Antitrust Law**. Saint Paul, MN: West Publishing, 1985.

HOVENKAMP, Hebert. **Federal Antitrust Policy: The Law of Competition and its Practice**. 4. ed. St. Paul: West Group, 2011.

HOVENKAMP, Herbert. IP and Antitrust Policy: A Brief Historical Overview. **University of Iowa Legal Studies Research Paper**, n. 05-31, dez. 2005. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=869417. Acesso em: 16 jan. 2019.

HOVENKAMP, Herbert; JANIS, Mark D.; LEMLEY, Mark A.; LESLIE, Christopher R.; CARRIER, Michael A. **IP and Antitrust: An Analysis of Antitrust Principles Applied to Intellectual Property Law**. Austin, Aspen, 2010.

HUGHES J. The Philosophy of Intellectual Property. **Georgetown Law Journal**, n. 77, p. 287-366, dez. 1988.

INACIO, Alexandre; BARROS, Betina. Produtores acusam a Monsanto de “segurar” semente convencional. **Valor Econômico**, jul. 2010. Disponível em: <https://www.valor.com.br/arquivo/835861/produtores-acusam-monsanto-de-segurar-semente-convencional>. Acesso em: 25 ago. 2018.

jan. AZEVEDO, Paulo Furquim de. Contratos: uma perspectiva econômica. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. **Direito e economia: análise econômica do direito e das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 112-136.

JONES, A.; SUFRIN, B. **EU Competition Law: Text, Cases, and Materials**. Oxford: Oxford University, 2014.

JUNQUEIRA LEITE, Márcio. **Patentes de segundo uso no brasil**. São Paulo: Almedina, 2015.

KÄSEBERG, T. **Intellectual Property, Antitrust and Cumulative Innovation in the EU and the US**. Oxford: Hart, 2012. [Hart Studies in Competition Law].

KATS, Ariel. Making Sense of Nonsense: Intellectual Property, Antitrust, and Market Power. **Arizona Law Review**, v. 49, n. 4, p. 837-909, 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=702462. Acesso em: 19 mar. 2018.

KATS, M., SHELANSKI, H. “Mergers and Innovation”. **Antitrust Law Journal**, v. 74, n. 1, p. 1-85, 2007.

KILLICK, J. IMS and Microsoft Judged in the Cold Light of IMS. **The Competition Law Review**, v. 1, n. 2, p. 23-47, 2004.

KILMAR, S. G. **Patentes Essenciais à Implementação de *standards***: efeitos anticompetitivos e as soluções propostas pelos Direitos Patentário e Concorrencial. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

KITCH, E. The Nature and Function of the Patent System. **The Journal of Law and Economics**, v. 20, n. 2, p. 265-290, 1977.

KORAH, Valentine. **An Introductory Guide to EC Competition Law and Practice**. 8. ed. Oxford: Hart, 2004

KORAH, Valentine. The Interface Between Intellectual Property and Antitrust: The European Experience, **Antitrust Law Journal**, v. 69, n. 3, p. 801-839, 2001.

KORAH, Valentine; O’SULLIVAN Dennis. **Distribution Agreements Under the EC Competition Rules**. Oxford; Portland, Oregon: Hart, 2002.

KWOK, Kelvin Hiu Fai. A New Approach to Resolving Refusal to License Intellectual Property Rights Disputes. **Word Competition**, v. 34, n. 2, p. 262-263, 2011.

LAMPING, Matthias. Refusal to License as an Abuse of Market Dominance: From Commercial Solvents to Microsoft. In: HILTY, R. M.; LIU, K. C. **Compulsory Licensing: Practical Experiences and Ways Forward**. Berlin; Heidelberg: Springer, 6 fev. 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2561361>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LEMLEY, Mark A. A New Balance Between IP and Antitrust. **Southwestern Journal of Law and Trade in the Americas**, v. 13, p. 237, 1 abr. 2007. **Stanford Law and Economics Olin Working Paper**, n. 340, abr. 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=980045>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LÉVÊQUE, François; MÉNIÈRE, Yann. **The Economics of Patents and Copyright**. Berkeley Electronic, jul. 2004. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=642622>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LIANOS, Ioannis; KATALEVSKY, Dmitry; IVANOV, Alexey. The Global Seed Market, Competition Law and Intellectual Property Rights: Untying the Gordian Knot. **CLES Research Paper Series**, 1 fev. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2773422. Acesso em: 16 jan. 2019.

LILLA, Paulo Eduardo. **Propriedade Intelectual e Direito da Concorrência**: uma abordagem sob a perspectiva do Acordo TRIPs. Belo Horizonte: Quartier Latin, 2014.

LIM, Daryl. Self-Replicating Technologies and the Challenge for the Patent and Antitrust Laws. **Cardozo Arts & Entertainment Law Journal**, v. 32, n. 1, p. 101-190, 2013. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2350426>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LIMA LOPES, José Reinaldo. Raciocínio jurídico e economia. **Revista de Direito Público da Economia**. Belo Horizonte, ano 2, n. 8, p. 137-170, out./dez. 2004.

MACHLUP, Fritz; PENROSE, Edith. The Patent Controversy in the Nineteenth Century. **The Journal of Economic History**, v. 10, n. 1, p. 1-29, maio 1950. Disponível em: <http://c4sif.org/wp-content/uploads/2010/09/Machlup-Penrose-The-Patent-Controversy-in-the-Nineteenth-Century-1950-b.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

MACNEIL, Ian R. **O novo contrato social**: uma análise das relações contratuais modernas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAGGIOLINO, Mariateresa. The Economics of Antitrust and Intellectual Property Rights. [1 fev. 2010]. In: ANDERMAN, Steven; EZRACHI, Ariel (ed.). **Intellectual Property and Competition Law**. Oxford: New Frontiers, 2011. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1674834. Acesso em: 03 abr. 2017.

MALAJOVICH, Maria Antonia. **A biotecnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: BTeduc, 2016. Disponível em: https://bteduc.com/livros/Biotecnologia_2016.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista do Tribunais, 2006.

MARQUES, Remédio. Propriedade intelectual e interesse público. **Boletim da Faculdade de Direito: Universidade de Coimbra**, v. 79, p. 293-354, 2003.

MATSON, James; TANG, Minli; WYNN, Sarah. **Seeds, Patents and Power**: The Shifting Foundation of Our Food System. 1 nov. 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2525120>; <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2525120>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MESSINA, M. Article 82 and the New Economy: Need for Modernisation? **The Competition Law Review**, v. 2, n. 2, p. 73-98, 2006.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao Direito Econômico. 3. ed. São Paulo: RT, 2001.

OCTAVIANI, Alessandro. **Recursos genéticos e desenvolvimento**: os desafios furtadiano e gramsciano. 2008. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Glauco Avelino Sampaio. Mercado de insumos para cimento: aspectos estruturais e exercício empírico. **Documentos de Trabalho**. Brasília: CADE, n. 002/2015, nov. 2015. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/documento-de-trabalho-dee-002-2015.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

ORCESI DA COSTA, Carlos Celso. Controle externo nas companhias. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico, Financeiro**. São Paulo, n. 44, p. 70-75, out-dez, 1981.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Intellectual Property Rights**. 2005. Disponível em [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DAF/COMP\(2004\)24&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DAF/COMP(2004)24&docLanguage=En). Acesso em: 13 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Doc. WIPO/BIOT/CE-I/3**, Par. 22. Disponível em: https://www.wipo.int/mdocsarchives/BIOT_CE_84/BIOT_CE_84_I_3_E.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Members of the International Union for the Protection of New Varieties of Plants**. 13 out. 2017. Disponível em: <https://www.upov.int/export/sites/upov/members/en/pdf/pub423.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

PARANHOS, Mário Cosac Oliveira. Contratos Associativos: Liames Contratuais como Atos de Concentração. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro – RDM**, n. 166/167.

PETIT, Nicolas. The Antitrust and Intellectual Property Intersection in European Union Law. [17 jun. 2016]. In: BLAIR, Roger D.; SOKOL, D. Daniel (ed.). **Handbook of Antitrust, Intellectual Property and High Tech**. Cambridge: Cambridge University, 2017. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2796670>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PHILLIPS MCDOUGALL. **The Cost and Time Involved in the Discovery, Development and Authorization of a New Plant Biotechnology Derived Trait**. 2011. Disponível em: https://croplife.org/wp-content/uploads/pdf_files/Getting-a-Biotech-Crop-to-Market-Phillips-McDougall-Study.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

POSNER, Richard A. **Economic Analysis of Law**. 4. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1992.

POSNER, Richard. Theories of Economic Regulation. [1974]. Tradução Mariana Mota Prado. In: MATTOS, Paulo et al. (org.). **Regulação econômica e democracia**: o debate norte-americano. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 49-80.

RIBEIRO, Joaquim de Souza. **O problema do contrato**: as cláusulas contratuais gerais e o princípio da liberdade contractual. Coimbra: Almedina, 1999.

RICH, Giles S. Are Letters Patent Grants of Monopoly? **Western New England Law Review**, v. 15, n. 2, p. 239-255, 1993.

ROBINSON, William C. **The Law of Patents for Useful Inventions**. Boston: Little, Brown, 1890.

ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito Concorrencial**: as condutas. São Paulo: Malheiros, 2003.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito Concorrencial**: as estruturas. São Paulo: Malheiros, 1998.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Função social do contrato: primeiras anotações. **RDM**, n. 132, p. 7-24, out/dez. 2003.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Recusa de contratar: disciplina jurídica. In: **Regulação e concorrência**: estudos e pareceres. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 137-150.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper Perennial, 1976.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Thought**. Oxford: OUP, 2005.

SEELLEN, Christopher M. The Essential Facilities Doctrine: What Does It Mean To Be Essential. **Marquette Law Review**, v. 80, n. 4, p. 1.117-1.133, 1997.

SHAPIRO, C. Competition and Innovation: Did Arrow Hit the Bull's Eye? In: LERNER, J.; STERN, S. (ed.). **The Rate and Direction of Inventive Activity Revisited**. Chicago: University of Chicago, 2011, p. 361-404.

SHROEDER, Jeanne L. Economic rationality. *Economic Rationality in Law and Economics Scholarship*. **Oregon Law Review**, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=245488. Acesso em: 16 jan. 2019.

SIDAK, J. G.; TEECE, D.J. Dynamic Competition in Antitrust law. **Journal of Competition Law & Economics**, v. 5, n. 4, p. 581–631, 2009. Disponível em: <https://www.criterioneconomics.com/docs/dynamic-comp1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

SILVEIRA, Newton. **Propriedade Intelectual**. 5. ed. Barueri SP. Manole, 2014.

SOMENSI, Ludmila. **O exercício abusivo do direito de propriedade intelectual como infração à ordem econômica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

STIGLITZ, Joseph E. Economic Foundations of Intellectual Property Rights. **Duke Law Journal**, v. 57, p. 1.693-1.724, 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fc35/a6693e4f658eacf35af1a2b3badb4ff4fd72.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SULLIVAN, Lawrence; GRIMES, Warren. **The Law of Antitrust: An Integrated Handbook**. West Group, 2000.

TEMPLE LANG, John. Anticompetitive Abuses under Article 82 Involving Intellectual Property Rights. In: EHLERMANN, Claus Dieter; ATANSIU, Isabela (ed.). **What Is an Abuse of a Dominant Position?** European Competition Law Annual, 2003. Oxford: Hart, 2007, p. 589-658.

TEPEDINO, Gustavo. A constitucionalização do direito civil: perspectivas interpretativas diante do novo código. In: FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.). **Direito civil: atualidades**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

UNCTAD; ICTSD. **Resource Book on TRIPS and Development: An Authoritative and practical guide to the TRIPS Agreement**. Cambridge: Cambridge University, 2005. Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2204>. Acesso em: 16 jan. 2019.

VACCA, Ryan G.; COLE, Benjamin M.; HORTON, Brent J. Food for Thought: Genetically Modified Seeds as De Facto Standard Essential Patents. **University of Akron Legal Studies Research Paper**, n. 13-07, mar. 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2245887>. Acesso em: 16 jan. 2019.

VESTERDORF, Bo. Article 82 EC: Where Do We Stand After the Microsoft Judgment? **Global Antitrust Review**, n. 1, p. 1-14, 2008.

WILLIAMSON, Oliver. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York-London. The Free Press-Colier Macmillan Publishers, 1986.

WISH, Richard. **Competition Law**. 5 ed. Oxford University, 2005.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; FREITAS, Rogério Edivaldo. Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia: Brasil. In: ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; FREITAS, Rogério Edivaldo (org.). **Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://protec.org.br/uploads/paginas/file/Propriedade%20Intelectual%20e%20aspectos%20regulat%C3%B3rios%20em%20biotecnologia.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.